



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



A construção territorial de mercados na Agroecologia: uma análise sobre o Núcleo Alto Uruguai da Rede Ecovida de Agroecologia

Márcio Freitas Eduardo^I , Daiane Carla Bordulis Eduardo^{II} , Roberto Antônio
Finatto^{III} 

^I Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, RS, Brasil

^{II} Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, PR, Brasil

^{III} Departamento de Educação do Campo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar o processo de construção territorial de mercados para a Agroecologia a partir das tecnologias sociais produzidas no Núcleo Alto Uruguai da Rede Ecovida de Agroecologia, na região Sul do Brasil. O mercado, entendido em seu sentido amplo, é uma relação social espacializada, marcada, portanto, por intencionalidades e territorialidades convergentes e conflitantes. Assim, a agricultura camponesa e suas organizações necessitam criar mecanismos capazes de possibilitar a comercialização dos produtos e a geração de renda para as famílias agricultoras. Amparada na certificação participativa dos produtos orgânicos, a combinação de diferentes projeções territoriais de mercados em circuitos curtos de comercialização (feiras-livres e entregas à domicílio) e circuitos extrarregionais tem se constituído, no caso pesquisado, como fundamental para o avanço da Agroecologia e do estreitamento das conexões entre produção e consumo, campo e cidade.

Palavras-chaves: agroecologia; mercados camponeses; território; tecnologia social; produto orgânico.

La construcción territorial de mercados en Agroecología: un análisis acerca del Nucleo Alto Uruguai de la Rede Ecovida de Agroecologia

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar el proceso de construcción territorial de mercados para la agroecología a partir de las tecnologías sociales producidas en el Núcleo Alto Uruguai de la Rede Ecovida de Agroecologia, en la región Sur de Brasil. El mercado, entendido en su sentido amplio, es una relación social espacializada y marcada por intencionalidades y territorialidades convergentes y conflictivas. De ese modo, la agricultura campesina y sus organizaciones necesitan crear mecanismos capaces de posibilitar la comercialización de los productos y la generación de ingresos para las familias agricultoras. Amparada en la certificación participativa de los productos orgánicos, la combinación de distintas proyecciones territoriales de mercados en circuitos cortos

de comercialización (ferias libres y entregas a domicilio) y circuitos extrarregionales, en el caso investigado, se ha constituido como fundamental para el avance de la agroecología y el estrechamiento de las conexiones entre producción y consumo, campo y ciudad.

Palabras clave: agroecología; mercados campesinos; territorio; tecnología social; producto orgánico.

Market territorial construction in Agroecology: an analysis on the Alto Uruguai Center of the Rede Ecovida de Agroecologia

ABSTRACT

This article aims to analyze the process of market territorial construction for agroecology based on social technologies produced at the Alto Uruguai Center of the Rede Ecovida de Agroecologia in Southern Brazil. The market, from a broad definition, is a social relation spatialized and affected by convergent and conflicting purposes and territorialities. Thus, peasant agriculture and its organizations need to create mechanisms that are capable of permitting product commercialization and income generation for rural families. Supported by the participative certification of organic products, the combination of different territorial forecasts of markets in short circuits of commercialization (farmers' markets and on-demand home deliveries) and extra-regional circuits, in our research, has constituted itself as fundamental for both the agroecology promotion and connections narrowing between production and consumption, countryside and city.

Keywords: agroecology; peasant markets; territory; social technology; organic product.

INTRODUÇÃO

Partimos do entendimento de que o território é uma chave de leitura central para a Agroecologia. Poderíamos dizer, metaforicamente, que o processo agroecológico é o progressivo ajuste de uma lente focada sobre os territórios e seus recursos disponíveis (ecológicos, cognitivos, materiais etc.). É uma maneira, em constante aperfeiçoamento, de os sujeitos se reapropriarem das condições de produção e de circulação dos produtos por intermédio de atitudes de cooperação entre si e com a natureza.

O território está em cada síntese, isto é, em cada desenho formado pela projeção espacial de determinadas relações de poder (SOUZA, 2009). O território é uma espécie de tomada de consciência de lugar (SAQUET, 2017) que, ao encontro com os princípios agroecológicos, viabiliza um agir social com maior nível de autonomia relativa e sustentabilidade nos processos produtivos. Por certo, não é algo simples de ser realizado, pois não há um modelo a seguir, mas sim, um conjunto de princípios e circunstâncias a atentar em cada dinâmica territorial.

Por conseguinte, em Finatto e Eduardo (2021), propomos uma abordagem teórico-metodológica para a análise e a construção da Agroecologia, denominada Sistema Territorial Agroecológico (SiTA). Entendemos que a efetivação da Agroecologia somente é factível

quando um conjunto de atores – camponeses/as, instituições, movimentos sociais populares, políticas públicas, consumidores/as, entre outros – articulam coletivamente suas ações, constituindo um SiTA.

Os mercados, em sua diversidade, são centrais para a reprodução econômica das famílias e organizações da Agroecologia. Formados por determinadas relações sociais (portanto, de poder), cada mediação de mercado projeta-se territorialmente, construindo arranjos em distintas escalas. A análise dessas escalas e de quais tecnologias sociais os sujeitos lançam mão para viabilizar suas relações econômicas e de mercado auxilia na compreensão das características de cada SiTA e, em decorrência, no desenho de ações e de políticas coerentes com as realidades concretas da Agroecologia.

O objetivo deste artigo é analisar o processo de construção territorial de mercados para a Agroecologia a partir das tecnologias sociais produzidas no Núcleo Alto Uruguai da Rede Ecovida de Agroecologia, abrangendo municípios das regiões geográficas imediatas de Erechim, no Rio Grande do Sul e, de Concórdia, em Santa Catarina, região Sul do Brasil. Assim, pretende-se destacar como as alternativas e as tecnologias sociais utilizadas para a comercialização da produção camponesa, na sua multiescalaridade, são fundamentais para a estruturação de um SiTA.

O texto foi elaborado com base em uma perspectiva teórica crítica sustentada por dados empíricos produzidos por meio da observação participante e da análise documental viabilizada pela atuação dos autores na Associação Ecovida de Certificação Participativa e, sobretudo, no Núcleo Alto Uruguai da Rede Ecovida de Agroecologia. Articulam-se, portanto, diferentes técnicas de pesquisa qualitativa para produzir sínteses e entendimentos sobre o quadro atual da construção territorial de mercados no caso de estudo.

A análise está estruturada em duas seções principais, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, apresentamos a relação entre a formação dos SiTAs, a construção territorial de mercados e a tecnologia social. Na sequência, detalhamos como essa relação se materializa no Núcleo Alto Uruguai da Rede Ecovida de Agroecologia, viabilizando a geração de renda e a manutenção das famílias na produção agroecológica.

1. Tecnologia social e a construção territorial de mercados na Agroecologia

A Agroecologia pode ser entendida a partir das disputas, das conflitualidades e das contradições inerentes a qualquer projeto territorial, ou seja, ações intencionalizadas e materializadas a fim de atender aos interesses de um determinado grupo ou classe social. No

caso deste artigo, enfocamos como a tecnologia social viabiliza a construção e a abertura de mercados para os produtos orgânicos e, nesse processo, produz Sistemas Territoriais Agroecológicos.

Os SiTAs são projetos territoriais coletivos estruturados por um conjunto de sujeitos/as em uma área determinada (FINATTO e EDUARDO, 2021; FINATTO e EDUARDO, 2023). Sua produção se efetiva pelas relações multiescalares e multidimensionais constituídas desde as áreas de produção, os agroecossistemas, passando pelos espaços coletivos de formação e organização política até o mercado consumidor dos produtos. Eles são forjados pelo conflito em torno da questão agrária, pois revelam novas relações sociais e com a natureza. Assim, o conflito “aponta para uma dimensão imanente às relações sociais e de poder, qual seja, indica que sobre um mesmo tema, um mesmo objeto, diferentes indivíduos/grupos/classes/sujeitos sociais têm visões/práticas distintas” (PORTO-GONÇALVES e CUIN, 2016, p.243).

Nestes termos, a Agroecologia, enquanto concepção e prática, se contrapõe frontalmente ao modelo do agronegócio. Na Agroecologia, a terra é destinada, prioritariamente, para a produção de alimentos, já, no agronegócio, a terra produz mercadoria, *commodities* voltadas para a exportação. O agronegócio é caracterizado pela produção em larga escala e pela forte integração com a indústria, disso resulta uma dependência ao mercado para a produção – por meio das sementes transgênicas, dos fertilizantes, agrotóxicos e maquinários –, o processamento e a distribuição dos produtos agropecuários. Este modelo, estruturado a partir do processo de modernização da agricultura brasileira na segunda metade do século XX, resultou em graves problemas sociais e ambientais (BALSAN, 2006; GLIESSMAN, 2005) e colocou a agricultura brasileira no movimento de mundialização do capital (OLIVEIRA, 2015).

O SiTA se constitui, nesse viés, como uma *r-existência* (PORTO-GONÇALVES, 2006), uma alternativa ao modelo de produção convencional. A Agroecologia reconfigura a relação com a natureza ao utilizar técnicas e práticas ecológicas nos agroecossistemas (ALTIERI e NICHOLLS, 2000), mas também se ampara em renovados princípios para a circulação e o acesso aos produtos orgânicos deles oriundos. Um dos temas de destaque para o avanço da Agroecologia tem se constituído justamente no aspecto do mercado, ou seja, nos mecanismos e canais de distribuição dos produtos até o consumidor final.

Assim, se entendemos que há um modelo de produção convencional, dado pelo agronegócio, também é importante reconhecer que há um mercado, adjetivado como

convencional, marcado pela lógica da concorrência, da relação entre oferta e demanda, enquanto parte de um mundo hostil aos camponeses (PLOEG, 2009). Diante da necessidade de o campesinato acessar o mercado – aqui entendido em seu sentido mais amplo como um espaço de troca e circulação –, ele pode ser considerado um território moldado por disputas e conflitos, marcado por territorialidades distintas.

Esse contexto nos permite afirmar que no caso da Agroecologia ocorre a construção territorial de mercados. Esses mercados se caracterizam por mecanismos de comercialização para os produtos agroecológicos fortemente amparados em redes coletivamente constituídas e no acúmulo de conhecimentos produzidos pelas diferentes experiências, nem sempre exitosas, de comercialização. A construção territorial de mercados, enquanto concepção teórica e prática de entendimento e de transformação das relações de troca e distribuição de produtos, se ampara em condições e características territorialmente referenciadas, marcando o protagonismo do campesinato na construção de relações que ultrapassam os limites da sua unidade de produção.

Nestes termos, entendemos a construção territorial de mercados como parte de um processo mais amplo e complexo protagonizado pela Agroecologia na transformação do sistema agroalimentar. Ou seja, os conhecimentos gestados no contexto da produção agroecológica, neste momento histórico, são base para impulsionar mudanças estruturais no modelo hegemônico, especialmente na sua faceta agroalimentar.

Destacamos, nesta análise, como a construção territorial de mercados ocorre por meio da tecnologia social (TS) (em oposição, portanto, à tecnologia convencional¹). A TS, pelo seu conjunto de características, “estaria mais imbricada à realidade das sociedades locais, de modo que pudesse gerar respostas mais adequadas aos problemas colocados em um determinado contexto” (NOVAES e DIAS, 2010, p.115), apontando para a produção coletiva e não comercial. Nessa mesma perspectiva, Addor, Eid e Sansolo (2021) destacam que a TS passa a pensar a tecnologia *com as(os) trabalhadoras(es)* e não *para as(os) trabalhadoras(es)*. Portanto,

¹ De acordo com Dagnino (2014) algumas características da tecnologia convencional (TC) são: mais poupadora de mão de obra; mais intensiva em insumos sintéticos do que seria conveniente; possui escalas ótimas de produção sempre crescentes; sua cadência de produção é dada pelas máquinas; ambientalmente insustentável; possui controles coercitivos que diminuem a produtividade; segmentada: não permite controle do produtor direto; maximiza a produtividade em relação à mão de obra ocupada; alienante: não utiliza a potencialidade do produtor direto; possui padrões orientados pelo mercado externo de alta renda; hierarquizada: demanda a figura do chefe etc; monopolizada pelas grandes empresas dos países ricos.

[...] mais do que resolver problemas sociais imediatos e pontuais, o pano de fundo da proposta da tecnologia social é democratizar o processo de desenvolvimento tecnológico, de forma que seus resultados sejam fruto de um processo coletivo, participativo, cooperativo, que permita intensa troca de diferentes saberes e conhecimentos presentes, adequado aos valores socioculturais e ambientais daquela comunidade/território e que garanta a apropriação coletiva por todos envolvidos, para viabilizar sua autonomia e emancipação de atores externos para o desenvolvimento e manutenção de tecnologias que afetem sua realidade. (ADDOR, EID e SANSOLO, 2021, p.38)

A implementação de tecnologias sociais nos territórios camponeses foi desenvolvida e analisada em diferentes contextos, como no acesso à água e na produção de alimentos no semiárido brasileiro (GUALDANI e SALES, 2016), na certificação participativa de produtos orgânicos (SABLAYROLLES e ASSIS, 2020), no trabalho das mulheres quebradeiras de coco babaçu (SOUZA e MELLO, 2013) e em diferentes iniciativas de construção da Reforma Agrária Popular em assentamentos rurais (ADDOR, EID e SANSOLO, 2021). As tecnologias sociais resultam em alternativas para o enfrentamento de problemáticas vivenciadas pelo campesinato, contribuindo para a sua permanência no campo.

Diante disso, “no tempo/espço atual, as tecnologias sociais combinam herança e inovação, reafirmando a importância do conhecimento tradicional, mas em diálogo com novos conhecimentos produzidos em comunidade” (SANSOLO et al., 2021, p. 109). Ela “traz à tona e confere importância às formas e lógicas dos processos internos pelos quais as famílias camponesas transfiguram e implementam a influência dos processos externos, considerando aí suas racionalidades, isto é, o grau de consciência dos atores sobre seus destinos” (GUALDANI e SALES, 2016, p.88).

Sansolo et al. (2021) avançam no entendimento e trabalham na perspectiva da “tecnologia socioterritorial” ao reconhecerem que as tecnologias se realizam com base no território e em relações sociais de produção particulares. Assim, ganha centralidade “[...] a correlação entre a produção material e imaterial que se realiza em condições comunitárias específicas, em territórios, definindo a sua territorialidade. Pode haver nesses territórios a reprodução de saberes e a articulação de novos saberes” (SANSOLO et al., 2021, p.108). Assim, conforme os autores citados, as tecnologias socioterritoriais voltadas à soberania e à segurança alimentar, como é o caso da construção territorial de mercados aqui analisada, se configuram como instrumentos de luta política.

2. A construção territorial de mercados no Núcleo Alto Uruguai da Rede Ecológica da Agroecologia

A construção territorial de mercados no Núcleo Alto Uruguai da Rede Ecovida de Agroecologia será aqui analisada por meio de diferentes formas de organização social, com destaque para as tecnologias sociais utilizadas em cada contexto. Ao longo da exposição, a TS será abordada nos exemplos de promoção da Agroecologia e de construção territorial de mercados, concomitantemente, em sua dimensão objetificada (enquanto alternativa às tecnologias convencionais) e enquanto ferramenta de organização dos processos coletivos.

Nesse sentido, como será visto, a certificação participativa é uma TS das mais assertivas, criada pelos camponeses e consumidores de produtos agroecológicos para driblar a dependência das empresas de certificação por auditoria. Já nos Circuitos Curtos de Comercialização, a utilização de distintas metodologias de interação entre produtor-consumidor/co-produtor (CSA, CCR, Feiras Livres, Cestas Agroecológicas etc.) revela a dimensão da interação espacial na TS. No caso do “Circuito Sul”, como será visto, a criação de um sistema de circulação para os produtos orgânicos, em escala extrarregional, promoveu condições para o avanço da produção agroecológica e a geração de renda em distintos núcleos da Rede Ecovida de Agroecologia.

2.1 A Certificação Participativa da Rede Ecovida: um exemplo de Tecnologia Social

A Rede Ecovida de Agroecologia é resultado da busca por alternativas ecológicas para a produção agrícola camponesa. Ela é uma organização de agricultores/as criada em fins da década de 1990 para articular os sujeitos envolvidos com o desenvolvimento da Agroecologia no Sul do Brasil e, de forma mais específica, viabilizar a certificação dos produtos orgânicos via metodologia de Certificação Participativa.

A Rede Ecovida de Agroecologia (através de sua figura jurídica Associação Ecovida de Certificação Participativa), conjuntamente com a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do RJ (ABIO) e a Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC), foram organizações pioneiras na construção da Certificação Participativa no Brasil (HIRATA, ROCHA e BERGAMASCO, 2020). Figuram como os primeiros Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPAC) credenciados, em 2010, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), passando a compor os Sistemas Participativos de Garantia (SPGs), em observância à inovadora legislação brasileira

para os Sistemas Orgânicos de Produção (Lei 10.831 de 2003; Decreto 6.323 de 2007) que conferiu legitimidade para a Certificação Participativa.

Cabe ressaltar, consoante a legislação supracitada, que, a qualquer produtor/a, somente é permitido comercializar seus produtos como orgânico se estiver vinculado/a a um Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC - participativo ou por auditoria) ou a uma Organização de Controle Social (OCS), nos casos de venda direta.

A Certificação Participativa denota um primeiro exemplo de Tecnologia Social presente no SiTA estudado. Trata-se de uma construção criada por organizações de camponeses/as, em articulação com uma série de outros atores, para viabilizar um sistema alternativo de avaliação da conformidade orgânica dos sistemas produção, em face dos elevados custos e da metodologia “engessada” das certificações privadas, por terceira parte, via auditagens, como conduzido por certificadoras como o Instituto Biodinâmico (IBD), a TECPAR CERT (vinculada ao Instituto de Tecnologia do Paraná) e a francesa ECOCERT.

A organização da certificação participativa via Rede Ecovida de Agroecologia está organizada em três níveis escalares complementares: 1) Grupo: base local de organização, formado por famílias produtoras, agroindústrias, associações, cooperativas, consumidores e entidades de assessoria; 2) Núcleo: formado pela articulação entre diferentes grupos; e 3) Rede Ecovida: é a síntese dessa organicidade, formada pelos grupos e núcleos regionais. Em junho de 2023, a Rede Ecovida compreendia 34 núcleos, com 5.531 produtores/as formalmente vinculados/as ao OPAC, ante um total nacional de 26.690 produtores/as, segundo dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO/MAPA, 2023).

O Núcleo Alto Uruguai da Rede Ecovida de Agroecologia, formado em 2001, abrange municípios das regiões imediatas de Erechim (Norte do RS) e de Concórdia (Oeste de SC). Atualmente, é composto por 30 grupos, com aproximadamente 165 famílias produtoras, assessoradas tecnicamente pelo Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) e pela Cooperativa Central de Comercialização da Agricultura Familiar de Economia Solidária (CECAFES).

Nesse recorte, diante da presença histórica e incidência territorial das organizações que atuam no campo da Agroecologia e compõem a Rede Ecovida, são exceções os/as produtores/as certificados/as por auditoria. A certificação por terceira parte, por seu turno, é condição *sine qua non* àqueles/as que vislumbram exportar seus produtos *in natura* ou processados para os mercados, sobretudo, da União Europeia e dos Estados Unidos. Como a maioria das famílias camponesas do Núcleo Alto Uruguai destina sua produção ao mercado

interno, a certificação participativa torna-se atrativa, seja pelo baixo investimento monetário para a obtenção do certificado (R\$ 150,00/ano por unidade de produção), seja pelo fato de que são as famílias agricultoras e suas entidades de apoio que gestam, com elevado grau de autonomia relativa, o processo de certificação.

Diferentemente do sistema auditado, cujo conhecimento é apropriado privadamente pelas empresas do setor, a TS do sistema participativo inclui o diálogo de saberes e um viés educativo/formativo em sua metodologia de acreditação, democratizando o conhecimento agroecológico e construindo redes de interação solidária e de corresponsabilidade entre produtores/as e consumidores/as.

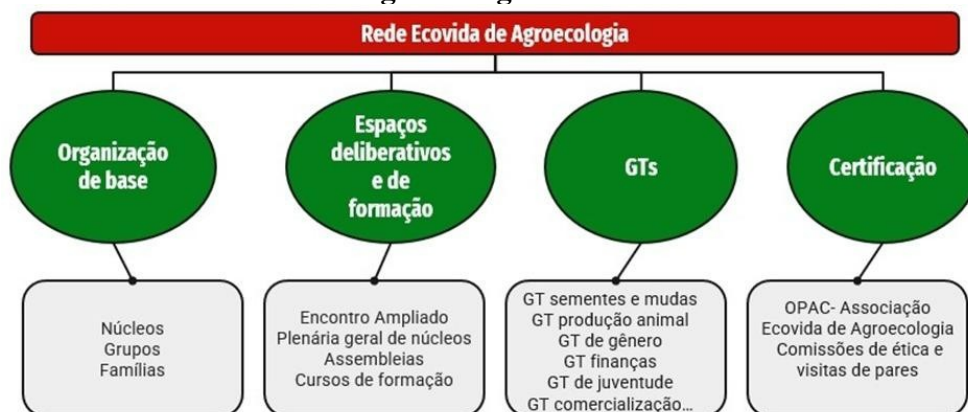
Os grupos, dos quais podem fazer parte produtores/as e co-produtores/as (consumidores/as ou agricultores/as em conversão agroecológica), organizados/as por proximidade espacial, afinidades produtivas ou organizativas, constituem a base da Certificação Participativa. Cada grupo possui um/a coordenador/a geral. O grupo precisa se reunir, no mínimo, quatro vezes ao ano, alternando os locais de reunião para viabilizar as Visitas de Pares (VPs). As VPs promovem a efetiva interrelação entre as pessoas que compõem cada grupo constituindo-se como momento-chave no processo de acreditação dos Sistemas Orgânicos de Produção. Nas VPs, considerando que todas as unidades de produção devem ser visitadas ao longo de um ano, os/as integrantes do grupo avaliam a conformidade orgânica de cada agroecossistema. Solicita-se mudanças, quando necessário, e são compartilhados encaminhamentos, conhecimentos, sementes, mudas, alegrias e agruras. A coordenação do grupo precisa cancelar a conformidade de todos os seus integrantes para que o processo de certificação siga para as outras instâncias da Rede Ecovida (núcleo e OPAC).

Na escala de organização do núcleo há uma coordenação geral e um/a coordenador/a da Comissão de Ética. A Comissão de Ética, instância fundamental para a Certificação Participativa, é composta por pessoas de grupos distintos internamente à um mesmo núcleo, as quais fizeram curso de formação para atuar na respectiva comissão e, assim, viabilizar a avaliação da conformidade orgânica durante as Visitas de Olhar Externo. A coordenação do núcleo, por seu turno, viabiliza a realização das plenárias de núcleo (semestrais) e, também, reúne os dados e documentos necessários, transmitindo-os ao OPAC via sistema próprio, para que cada unidade de produção possa estar em sintonia com as exigências da legislação brasileira para os Sistemas Orgânicos de Produção.

Por fim, conforme Figura 01, o OPAC Associação Ecovida de Certificação Participativa, como parte da Rede Ecovida de Agroecologia, tem por incumbência 1)

comunicar dados, informações e documentos dos/as produtores/as ao MAPA; e 2) gestar internamente a organização, através da realização de Plenárias de Núcleos, da Criação de Grupos de Trabalho e, bianualmente, promover os Encontros Ampliados (assembleias para deliberação, momentos de formação e articulação política entre os integrantes da Rede).

Figura 01 – Organograma representando a organização da Rede Ecovida de Agroecologia



Fonte: autores (2024).

No caso da Rede Ecovida, a certificação participativa, portanto, busca recriar, reticularmente, uma lógica de relações comunitárias camponesas, apoiada na ecologia, em relações horizontais, na participação democrática e nos pressupostos da economia solidária.

2.2 As diversificadas projeções territoriais de mercado²

As projeções de mercado construídas pelos sujeitos que compõem o Sistema Territorial Agroecológico (SiTA) do Núcleo Alto Uruguai (Rede Ecovida de Agroecologia) são diversificadas e combinadas: dinâmicas locais (intramunicipais), regionais e extrarregionais fazem parte desses jogos de escala na construção territorial de mercados. Diante da elevada capacidade produtiva e organizativa dos atores do SiTA em questão e, em face de sua condição espacial interiorana (o que implica na ausência de grandes centros de consumo próximos e, conseqüentemente, no baixo dinamismo dos mercados locais/regionais), os/as produtores/as vinculados/as ao Núcleo Alto Uruguai possuem inserções de mercado com forte conotação centrífuga (extrarregional).

² Orientados pelo objetivo deste artigo, analisamos as principais projeções territoriais de mercado do Núcleo Alto Uruguai, ou seja, aquelas que envolvem um maior número de famílias agricultoras. Não consideramos ações e estratégias individuais de mercado que fogem aos princípios da Tecnologia Social no sentido aqui abordada.

A respeito da rede de sujeitos do SiTA em evidência, a atuação de importantes entidades de apoio à Agroecologia, como o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) e o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), repercutiu, a partir dos anos 1980, em um gradual avanço na densidade organizacional das famílias produtoras e em processos de transição agroecológica. Associações e grupos de produtores “ecológicos” foram sendo estruturados, assim como, as pioneiras experiências de comercialização dos produtos agroecológicos em feiras locais e regionais (Erechim/RS e Passo Fundo/RS). Esse acúmulo organizativo fez com que o Núcleo Alto Uruguai fosse um dos primeiros a compor a Rede Ecovida de Agroecologia, pouco tempo após a sua criação.

O clima ameno, com características subtropicais, e a existência de condições microclimáticas no vale do rio Uruguai permitem a produção de uma gama de alimentos, como hortaliças, legumes, frutas, grãos e produtos transformados, presentes no portfólio das unidades de produção, associações, cooperativas e agroindústrias do SiTA. Nos últimos 15 anos, com efeito, como será retomado adiante, há um movimento por parte de associações de agricultores, cooperativas e agroindústrias, com o apoio de entidades de assessoria técnica, de conferir primazia a determinados produtos com potencial de inserção em dinâmicas de comercialização extrarregionais, como as frutas cítricas (laranja, bergamota, limão etc.), abacate, banana, batata-doce, abóbora Cabotia, mirtilo, entre outros.

2.2.1 A construção de mercados para a Agroecologia em circuitos curtos de interação espacial

Os Circuitos Curtos de Comercialização (DAROLT, 2013) ou mercados de proximidade são construções, concomitantemente, sociais e territoriais. No passado, eram basais na estruturação dos circuitos agroalimentares dos diferentes povos. Atualmente, com a prevalência dos circuitos longos, nacionais e internacionais, oligopolizados por grandes impérios alimentares (PLOEG, 2009), colocam-se como dinâmicas de interação espacial alternativas aos mercados convencionais. O (re)encurtamento dos circuitos de produção e consumo de alimentos por meio das estratégias de comercialização com foco na Agroecologia intenciona, como contraponto, valorizar social, ambiental e economicamente os espaços rurais e o saber fazer das famílias agricultoras e, por conseguinte, garantir a produção de alimentos “limpos”, saudáveis, justos e referenciados culturalmente.

No Núcleo Alto Uruguai, os Circuitos Curtos de Comercialização agroecológicos estruturam-se, principalmente, nos formatos de feiras-livres (fixas ou itinerantes) e de entregas à domicílio (orientadas por distintas estratégias).

As feiras-livres são vistas como a expressão mais genuína em termos de o que a Rede Ecovida busca como estratégia de comercialização, pois popularizam e democratizam o acesso aos alimentos agroecológicos. As feiras-livres, na realidade da organização, são os principais mercados da Agroecologia, representando um percentual de produtos comercializados em torno de 40%, em face de outras estratégias de comercialização (em razão de importância: mercados institucionais, varejo “convencional” de orgânicos e outras iniciativas) (MEIRELES e PEREZ-CASSARINO, 2018).

As famílias produtoras agroecológicas do Núcleo Alto Uruguai interagem em 11 feiras-livres, situadas nas maiores cidades da região, a saber, Erechim/RS, Passo Fundo/RS e Concórdia/SC. São feiras integral ou parcialmente agroecológicas. Realizadas em locais fixos (uma ou duas vezes por semana) ou com proposta itinerante (quinzenal, mensal ou de caráter eventual – promovidas em lugares como escolas, universidades e durante a realização de eventos). De um total de 165 famílias do Núcleo Alto Uruguai, aproximadamente 20 dedicam-se com maior intensidade às feiras. As feiras possuem grande relevância econômica para as famílias por viabilizarem entradas monetárias constantes, sobretudo, semanalmente. Porém, dois aspectos a considerar, tendo em vista o baixo número de famílias envolvidas na região: 1) o mercado consumidor interiorano para os alimentos orgânicos ainda carece de maior projeção; 2) a realização de uma feira demanda muito trabalho produtivo, logístico e de organização/apresentação dos produtos aos consumidores; e 3) recorrentemente, há desperdícios de produção.

Diante disso, a maioria dessas famílias também se vale de outras estratégias de comercialização para escoar a sua produção, tais como entregas à domicílio (com base no uso de aplicativos ou plataformas *online*), vendas em estabelecimentos locais (padarias, restaurantes, lojas de produtos orgânicos etc.) ou via articulação com associações e cooperativas para poderem acessar mercados extrarregionais (mercados institucionais ou outras iniciativas de comercialização, a exemplo do “Circuito Sul”, como será ponderado posteriormente).

A respeito dos Circuitos Curtos de Comercialização agroecológicos no SiTA do Núcleo Alto Uruguai, as interações sociais baseadas em entregas à domicílio compreendem

vários formatos. Dois deles são mais expressivos: 1) oferta de produtos via aplicativos e plataformas digitais; 2) entrega de cestas de alimentos agroecológicos.

No primeiro caso, as famílias produtoras ou os empreendimentos privados promovem essa aproximação entre produção e consumo por meio da oferta de alimentos orgânicos (*in natura* ou transformados) em ambientes digitais. O nível de interação entre produtores e consumidores varia consideravelmente. Nesse formato, o vínculo mais comum está calcado nas conveniências de quem adquire os produtos. Por conseguinte, a rotatividade dos clientes e o volume das vendas tendem a oscilar. A complexidade em gerenciar um grande volume de itens ofertados sem garantia de venda (necessário para atrair a atenção dos compradores e afirmar a proposta diante do mercado convencional) é uma questão que requer atenção acurada. Há, ainda, que atentar para a ação de atravessadores, por vezes deslocados do debate agroecológico, que enxergam nessa interação de mercado e com os agricultores oportunidades de ganho imediato.

Já a metodologia das cestas agroecológicas, gestadas por famílias agricultoras ou entidades de apoio (ONGs, associações ou cooperativas), intenciona construir vínculos mais estreitos entre a produção e o consumo. O modelo de cestas fechadas e o trabalho direcionado a mobilizar Grupos de Consumo Responsáveis (GCR) são experiências em curso no SiTA estudado.

Com as cestas fechadas, uma ou mais famílias se organizam para produzir e ofertar uma gama de alimentos, subdivididos em grupos: folhosas; tubérculos; temperos; frutas; grãos; Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) e produtos transformados (geleias, panificados etc.). O cliente opta pelo tamanho da cesta e a periodicidade da entrega e recebe os produtos de acordo com o que há disponível em consonância com as estações do ano. Em algumas épocas do ano, por exemplo, haverá determinadas frutas em detrimento de outras e o mesmo raciocínio se aplica aos outros grupos. A vantagem desse formato está em evitar desperdício produtivo. O desafio está em construir um nível de consciência nos consumidores capaz de fazer com que adequem sua alimentação considerando a sazonalidade da produção ao longo dos meses do ano (nem sempre haverá tomate ou cenoura!).

A mobilização de Grupos de Consumo Responsáveis (GCR) é outra estratégia de ativação dos Circuitos Curtos de Comercialização Agroecológicos. No Brasil há vários formatos sendo desenvolvidos, a exemplo das Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) (JUNQUEIRA e MORETTI, 2018) e as Células de Consumo Responsável (CCR) (ESCOSTEGUY, PUGAS e ROVER, 2021). Neste caso, o trabalho consiste em consolidar

um grupo de consumidores, elevando os níveis de consciência sobre as condições da produção agroecológica e a respeito da realidade das famílias agricultoras (e vice-versa) para, posteriormente, conduzir uma relação de troca baseada nos princípios da economia solidária e da cocriação.

Neste caso, universidades, institutos federais, órgãos públicos, sindicatos, ONGs, condomínios, igrejas etc., são exemplos de espaços com públicos potenciais para a construção de GCR. O dilema consiste em manter o grupo ativo ao longo do tempo. É recomendável que determinados atores, em sintonia com o movimento agroecológico, possam colaborar com os agricultores, no intuito de não permitir que um GCR, CCR ou CSA se reduzam a uma simples relação de compra e venda.

No Núcleo Alto Uruguai diversos atores contribuem com a mobilização de Grupos de Consumo Responsáveis, são eles: a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS); a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS); a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI); ONGs (CAPA e CETAP); o Núcleo de Agroecologia do Alto Uruguai (NAAU) e a Coordenação do Núcleo Alto Uruguai da Rede Ecovida de Agroecologia.

2.2.2 Construção territorial de mercados para a Agroecologia em escalas extrarregionais

A construção territorial de mercados para a Agroecologia por intermédio de circuitos mais longos, extrarregionais, é uma realidade com importante presença no SiTA pesquisado. Por escala extrarregional estamos compreendendo as dinâmicas de comercialização e formas de interação espacial (produtiva, logística, organizativa etc.) que extrapolam o recorte espacial em questão, a saber, o Núcleo Alto Uruguai da Rede Ecovida de Agroecologia.

No referido SiTA, a potencialidade produtiva e organizativa entorno da produção agroecológica supera, em muito, a demanda regional de consumo. Trata-se de uma realidade relativamente comum em porções interioranas do nosso país. Com efeito, a adoção de estratégias e TS para construção territorial de mercados em circuitos mais estendidos objetiva, por um lado, viabilizar o anseio das organizações populares e dos camponeses de gerar renda, viver e (quando possível) prosperar economicamente através da produção agroecológica e, por outro, conectar o público urbano, sobretudo nas médias e grandes cidades, às redes agroalimentares alternativas.

No Núcleo Alto Uruguai, em intensidades variadas, mais de 90% das famílias certificadas pela Rede Ecovida de Agroecologia interagem com os mercados extrarregionais por meio da atuação de suas organizações, sejam elas, associações ou cooperativas.

No SiTA, quatro cooperativas da agricultura familiar atuam com produção orgânica, com foco para atuação nos mercados institucionais, sobretudo, nos estados da região Sul e em São Paulo, são elas: Cooperativa Nossa Terra (sede em Erechim/RS); Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar de Economia Solidária (CECAFES, sede em Erechim/RS); Cooperativa de Produção Agropecuária Aratiba (COPAAL, sede em Aratiba/RS) e Cooperativa Central Alto Uruguai (COCEL, sede em Marcelino Ramos/RS).

A Cooperativa Nossa Terra, fundada em 2001, com o intuito de suprir a demanda local de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar é uma cooperativa central e conta, atualmente, com mais de 3.000 agricultores, 18 cooperativas e mais de 50 agroindústrias associadas. Sua área de atuação comercial abrange todo território nacional e o seu foco principal de comércio são os programas institucionais do Governo Federal. Além disso, atua também com vendas no atacado e varejo e organiza feiras locais (Cooperativa Nossa Terra, 2024). Seu portfólio contém diversas linhas de produtos com a marca da cooperativa Nossa Terra (cereais, lácteos, carnes, sucos, frutas, entre outros). Desde 2015, a Nossa Terra tem ampliado sua presença no segmento de orgânicos, especialmente com os seguintes alimentos com marca própria: arroz, açúcar mascavo, molho de tomate e mandioca descascada. Além dos produtos com marca da Nossa Terra, a cooperativa comercializa alimentos orgânicos produzidos por empresas associadas (farináceos, doces, sucos, cereais etc., processados por diversas empresas como Ecobio, Coopernatural, HF Carraro etc.).

Fundada em 2012, A CECAFES, assim como a Nossa Terra, é uma Cooperativa Central. Possui 260 sócios e 16 cooperativas singulares, incluindo a COPAAL e a COCEL. A cooperativa objetiva contribuir com a comercialização dos produtos da agricultura familiar em mercados do Norte do Rio Grande do Sul ou de grandes centros consumidores, especialmente por meio do mercado institucional. A cooperativa comercializa alimentos processados e *in natura*. Na linha dos orgânicos, são destaques o arroz orgânico (Terra Livre - MST), a mandioca descascada congelada, o suco de laranja, o suco de maçã e os produtos de origem vegetal *in natura* (alface, repolho, abobrinha, rabanete, brócolis, beterraba etc.). Na região, o trabalho com Agroecologia da CECAFES se destaca na produção de *citrus*, mandioca processada, hortaliças e legumes orgânicos embalados (CECAFES, 2023).

Em consideração ao trabalho desenvolvido por ambas cooperativas, as Tecnologias Sociais estão presentes em vários momentos ao longo dos desafios enfrentados para a construção territorial de mercados, a saber: 1) Na organicidade das cooperativas (central e singulares), favorecendo um planejamento integrado que permite ampliar as escalas de produção, pleitear os editais de compras institucionais e canalizar capital político); 2) Na adesão à certificação participativa; 3) No processo de agroindustrialização da produção; 4) No estabelecimento de parcerias para viabilizar produtos com marca própria (como é o caso do arroz orgânico da Terra Livre, embalado com a marca da Cooperativa Nossa Terra); 5) Na utilização de infraestruturas de unidades de processamento já existentes das organizações e agroindústrias parceiras, evitando mobilizar vultuosos investimentos em capital fixo (a exemplo da produção do molho de tomate orgânico); e 6) Na diversificação das estratégias de inserção nos mercados (embora haja maior incidência nos mercados institucionais, em termos de volumes escoados, as cooperativas também atuam em outros formatos de comercialização, como os Circuitos Curtos).

Além das cooperativas, o SiTA conta com a presença de duas associações de produtores: a Associação de Agroturismo Caminhos da Roça e a Associação de Cooperação Regional de Agroecologia (ECOTERRA).

A Associação de Agroturismo Caminhos da Roça integra 05 famílias agricultoras de um grupo homônimo da Rede Ecovida, situado em Concórdia/SC. Ela está voltada para ações de incentivo ao turismo rural, turismo étnico-gastronômico (baseado na cultura dos imigrantes italianos) e ecoturismo. O associativismo, nesse caso, cumpre a função de articular famílias para diversificar as estratégias de geração de renda no campo, em um contexto de baixa demanda por produtos orgânicos nos Circuitos Curtos de Comercialização (feiras e entregas à domicílio). A produção agroecológica está imbricada à promoção dos roteiros de turismo rural, seja através de visitas aos agroecossistemas ou por meio do fornecimento de alimentos para as refeições.

Um dos grandes destaques do Núcleo Alto Uruguai é a presença da Estação-Núcleo de Três Arroios, coordenada pela Ecoterra, com cerca de 130 associados, certificados pela Rede Ecovida de Agroecologia. Essa estação faz parte do “Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia”, experiência que articula organizações de produtores junto a distintas dinâmicas de comercialização nos estados do Sul e de São Paulo (EDUARDO, FINATTO e KONRAD, 2023). Atualmente, são escoados, via Estação da Ecoterra, cerca de 30 toneladas de alimentos orgânicos

semanalmente, englobando, ao longo do ano, mais de 200 itens no portfólio de produtos orgânicos ofertados (*in natura* e processados), abastecendo feiras-livres, sujeitos e organizações que atuam com cestas de orgânicos, distribuidoras, mercado institucional, agroindústrias, comércio especializados em orgânicos etc.

O “Circuito Sul” é uma TS inovadora no Brasil. Desde 2006, promove articulações visando otimizar um sistema de circulação para os produtos agroecológicos, conectando SiTAs com alto potencial de produção com mercados consumidores nos centros urbanos. Essa experiência de construção territorial de mercados via circuitos longos, ocorrida por intermédio do trabalho regional da Ecoterra, foi pioneira no Núcleo Alto Uruguai (EDUARDO, KLEIN e GONÇALVES, 2020).

A dinâmica do “Circuito Sul” se organiza em Estações-Núcleo, distribuídas nos três estados do Sul e na capital paulista. As Estações-Núcleo são gestadas por sujeitos, associações ou cooperativas com importante capacidade produtiva e organizativa nos núcleos da Rede Ecovida de Agroecologia. Essa rede de sujeitos promove um planejamento integrado da produção, considerando as demandas dos distintos mercados consumidores em que o Circuito atua, evitando, assim, um cenário limitante à agricultura familiar em termos de competitividade e de sombreamento produtivo. Além disso, cooperam logisticamente, fazendo com que os alimentos excedentes nas várias Estações-Núcleo circulem, promovendo a ampliação da diversidade de produtos orgânicos nas regiões consumidoras e a redução dos custos logísticos.

Ao todo, o planejamento produtivo da Ecoterra abarca cerca de 80 itens (grãos, frutas, cereais, legumes, transformados etc.). Frutas cítricas, batata-doce, abóbora Cabotia, abacate e banana são os produtos com maior volume de produção na Estação-Núcleo de Três Arroios. O planejamento produtivo da Ecoterra, assim como nas demais Estações, tem incidido para garantir e ampliar a oferta e diversidade de alimentos ao Circuito ao longo de todos os meses do ano.

Por fim, para completarmos nossa análise sobre as diversificadas projeções territoriais de mercado, no SiTA em questão há um total de 10 unidades de processamento certificadas como orgânicas pela Rede Ecovida de Agroecologia. Transformam uma diversidade de produtos, como açúcar mascavo, melado de cana, farinhas de milho e de trigo, erva mate, sucos, mandioca descascada, frutas vermelhas (mirtilo, morango e amora), molhos, geleias, entre outros. Os produtos provenientes dessas agroindústrias são escoados em diversas projeções territoriais de mercado, sejam eles locais, regionais ou extrarregionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção territorial de mercados tem se constituído como um ponto estruturante para a formação dos Sistemas Territoriais Agroecológicos. A densidade organizacional de um SiTA é um fator relevante para a superação das dificuldades encontradas pelas famílias camponesas para a comercialização da produção agroecológica, geração renda e reprodução socioeconômica. Portanto, as diversificadas projeções territoriais de mercado desenvolvidas no caso estudado revelam a capacidade de criação de alternativas ajustadas à lógica camponesa.

A Tecnologia Social agroecológica reflete a inventividade camponesa, sua flexibilidade e capacidade de construir estratégias para a sua reprodução social, nas direções já apontadas por Chayanov (1974), Shanin (2008), Oliveira (1991) e Ploeg (2009). Constatou-se que o agir coletivo conectado por um conjunto de estratégias multiescalares (de formação, organização política, comercialização, entre outros) articuladas pela Rede Ecovida de Agroecologia possibilitou o desenho de diferentes alternativas de comercialização.

O estudo de tais aprendizados enriquece o conhecimento sobre os limites e as potencialidades para a construção territorial de mercados na Agroecologia, notadamente, o seu fator espacial, ou seja, as características do território e a sua posição em relação aos centros de consumo mais dinâmicos do país.

AGRADECIMENTOS

Pesquisa realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 - UNIVERSAL).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADDOR, Felipe; EID, Farid; SANSOLO, Davis Gruber (Orgs.). **Tecnologia social e reforma agrária popular – vol. 2**. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Clara I. Bases agroecológicas para una agricultura sustentable. In: ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Clara I. **Agroecología - Teoría y práctica**

para uma agricultura sustentável. México: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente, 2000, p. 13-44.

ADDOR, Felipe; EID, Farid; SANSOLO, Davis Gruber. Introdução – Por um outro paradigma tecnológico para o campo. In: SANSOLO, Davis Gruber; ADDOR, Felipe; EID, Farid (Orgs.). **Tecnologia social e reforma agrária popular – vol. 1**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2021, p.23-46.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

CHAYANOV. Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nuevas Visión, 1974.

DAGNINO, Renato. **Tecnologia Social**: contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande/PB: EDUEPB; Florianópolis/SC: Insular, 2014.

DAROLT, Moacir. Circuitos Curtos De Comercialização de Alimentos Ecológicos: Reconectando Produtores e Consumidores. In: NIEDERLE, Paulo; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane M. (Orgs.). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Organizadores. Curitiba: Kairós, 2013, p. 139-170.

EDUARDO, Márcio F.; KLEIN, Edson J.; GONÇALVES, Giovani J. A Ecoterra e seu constructo territorial de mercado: as experiências de venda direta como antecedentes do Circuito Sul de circulação e comercialização de produtos agroecológicos, criado no contexto da Rede Ecovida de Agroecologia. **AMBIENTES - Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 02, nº 02, p. 144-195, 2020. DOI: <https://doi.org/10.48075/amb.v2i2.26586>

EDUARDO, Márcio Freitas; FINATTO, Roberto Antônio; KONRAD, Joice. A construção de redes no mercado de produtos orgânicos: o caso do Circuito Sul de Circulação e Comercialização da Rede Ecovida de Agroecologia. **Terr@ Plural**, [S. l.], v. 17, p. 1–16, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5212/TerraPlural.v.17.2320714.007>

ESCOSTEGUY, I. L.; PUGAS, A. S.; ROVER, O. J. Células de Consumidores Responsáveis: uma proposta coletiva de venda direta de alimentos orgânicos e agroecológicos. In: DAROLT, M. R.; ROVER, O. J. **Circuitos curtos de Comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021, p. 150-156.

FINATTO, Roberto Antônio; EDUARDO, Márcio Freitas. Sistema Territorial Agroecológico (SiTA): uma proposta teórico-metodológica para a análise e a construção da Agroecologia.

Boletim Goiano de Geografia, v. 41, n. 1, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5216/bgg.v41.62449>

FINATTO, Roberto Antônio; EDUARDO, Márcio Freitas. O desenvolvimento territorial produzido e apreendido por meio dos Sistemas Territoriais Agroecológicos (SiTAs). **Revista Paranaense de Desenvolvimento (RPD)**, v.44, n.145, 2023.

GLIESSMAN, Stephen Richard. **Agroecologia** – processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GUALDANI, Carla; SALES, Marli. Tecnologias sociais de convivência com o Semiárido e a racionalidade camponesa. **Sustentabilidade em Debate**, v. 7, Edição Especial, p.86-99, dez/2016. DOI: <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v7n0.2016.18646>

HIRATA, A.R, ROCHA, L.C da, BERGAMASCO, S.M.P.P. Panorama Nacional dos Sistemas Participativos de Garantia. In: **Sistemas Participativos de Garantia do Brasil: histórias e experiências**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020.

JUNQUEIRA, Antonio Hélio; MORETTI, Sérgio Luiz do Amaral. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): tecnologia social de venda direta de alimentos e de revalorização das identidades alimentares territoriais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 517-538, out. 2018.

NOVAES, Henrique T.; DIAS, Rafael. Construção do marco analítico-conceitual da Tecnologia Social. In: DAGNINO, R. (Org.). **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2ª ed., Campinas: Komedi, 2010, p.113-154.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PEREZ-CASSARINO, Julian; MEIRELES, Laércio. Rede Ecovida de Agroecologia: origens, princípios e sua concepção de comercialização. In: PEREZ-CASSARINO, J. et al. (org.). **Abastecimento alimentar: redes alternativas e mercados institucionais**. Chapecó: UFFS; Praia Cabo Verde: UNICV, 2018. p. 267-295.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009. p. 17-31.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, A. E. (Coord.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 151-197, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, Danilo Pereira. Geografia dos Conflitos por Terra no Brasil (2013): Expropriação, Violência e R-Existência. In: FLORES, Pavel C. López; GUERREIRO, Luciana García (Eds.). **Pueblos Originarios en lucha por las Autonomías: Experiencias y desafíos en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2016, p. 241–73. DOI: <https://doi.org/10.2307/j.ctvtxw1v1.13>

SABLAYROLLES, Philippe J. L.; ASSIS, William S. A certificação participativa de orgânicos como tecnologia social: estudo de caso da Cooperativa D'Irituia. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, Porto Alegre, v.3, n.1, p.191-217, 2020.

SANSOLO Davis Gruber; JUSTO, Marcelo Gomes; SCHIAVINATTO, Mônica; VILLANI, Giovanna Gross; FERNANDES, Silvia Aparecida de Sousa. Tecnologias socioterritoriais, soberania e segurança alimentar e nutricional. In: SANSOLO, Davis Gruber; ADDOR,

Felipe; EID, Farid (Orgs.). **Tecnologia social e reforma agrária popular – vol. 1**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2021, p.99-125.

SAQUET, Marcos. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.). **Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 57-72.

SOUZA, Valtey M.; MELLO, Andréa H. Economia solidária, tecnologia social e identidade territorial das mulheres quebraadeiras de coco babaçu no município de São Domingos do Araguaia-PA. **REVISTA GEONORTE**, Edição Especial 3, v.7, n.1, p.712-729, 2013.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João E. (Org.). **Campesinato e Território em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

Márcio Freitas Eduardo

Doutor em Geografia (FCT-UNESP, Presidente Prudente/SP). Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, campus Erechim/RS). Integrante do Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais (NATERR/UFFS) e do Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar e Transição Agroecológica (GP-AFTA/UFFS). Trabalha com os seguintes temas: Agroecologia e agricultura familiar; Ecologia Política; Desenvolvimento Territorial; Construção territorial de mercados na Agroecologia; Certificação de Sistemas Orgânicos de Produção.

E-mail: marcio.eduardo@uffs.edu.br

Daiane Carla Bordulis Eduardo

Doutoranda em Geografia (UNIOESTE, Francisco Beltrão/PR). Integrante da Coordenação do Núcleo Alto Uruguai da Rede Ecovida de Agroecologia e Coordenadora do Grupo Sementes do Amanhã (Rede Ecovida de Agroecologia). Integrante do Grupo de Pesquisa (CGD) Corpo, Gênero e

Diversidade. Trabalha com os seguintes temas: Juventude Rural e Agricultura Familiar; Mulheres e Agroecologia; Certificação Participativa; Gênero e Abordagem territorial geográfica.

E-mail: dajanebeduardo@gmail.com

Roberto Antônio Finatto

Doutor em Geografia. Professor do Centro de Ciências da Educação na Universidade Federal de Santa Catarina. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Escola do Campo e Agroecologia (GECA/UFSC) e do Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais (NATERR/UFS). Trabalha com os seguintes temas: Agroecologia; agricultura camponesa; Educação do Campo e Agroecologia e desenvolvimento territorial.

E-mail: roberto.finatto@ufsc.br